



MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

1

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42430**, datado de **2018.11.29**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2018.11.19, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para proceder à repartição de encargos decorrentes da criação de equipas de intervenção permanente, pelos anos económicos de 2019 a 2021, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), do seguinte modo: -----

----- Ano 2019 – 61.000,00 euros -----

----- Ano 2020 – 61.000,00 euros -----

----- Ano 2021 – 61.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa à questão em debate, a qual foi reencaminhada a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da criação de Equipas de Intervenção Permanente nas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Caxarias e de Fátima e no seguimento dos protocolos a celebrar com a **Autoridade Nacional de Proteção Civil** e aquelas **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**, com o objetivo de regular as condições de contratação, funcionamento e manutenção dos elementos que integrarão aquelas equipas, foi apresentada a informação n.º 114/18, datada de 13 do corrente mês, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a reportar que se afere um montante global de despesa a assumir com cada associação, até ao limite anual de 30.500,00€, que configuram o cronograma financeiro abaixo descrito, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, circunstâncias que permitem a assunção da despesa resultante da celebração dos referidos protocolos: -----

- Ano económico de 2019 – 61.000,00€; -----

- Ano económico de 2020 – 61.000,00€; -----

- Ano económico de 2021 – 61.000,00€.” -----



MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Queria deixar um nota ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tem a ver com o seguinte: -----

Penso que em 2008, e já lá vão dez anos, foi assinado o primeiro protocolo com os bombeiros, neste caso, com os Bombeiros Voluntários de Ourém. -----

Certo é, se o estado não viu melhorada a sua parte do “bolo”, o município também não. Não tinha de ser, não estava contratualizado dessa forma. -----

Deixava à consideração do senhor Presidente uma questão que tem a ver com um incentivo para aqueles funcionários que estão ali há dez anos e que, em dez anos, não viram melhorada a sua condição salarial. Se o estado não o fez, penso que o município poderia ter isso em consideração. Servirá até como incentivo para aqueles que começam agora, para que no futuro possam ver recompensado o seu esforço do dia a dia. -----

É gente que está ao serviço da população com uma profissão de risco, uma atividade de risco e que, dez anos, sem um incentivo, penso que não é positivo. -----

É uma breve nota que já fiz chegar ao senhor Presidente da Câmara e que queria deixar aqui à Assembleia Municipal porque penso que aquela gente merece uma melhoria na sua condição salarial.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 20 de dezembro 2018. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,